



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

PARECER: 564/2018–GP1P

ASSUNTO: AUDITORIA DE REGULARIDADE

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 27.790/2017-e

EMENTA: 1. AUDITORIA DE REGULARIDADE. SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO DISTRITO FEDERAL – SEAGRI/DF. PGA 2017. PAGAMENTOS A SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS. DECISÃO Nº 77/2007. CUMPRIMENTO DE DECISÕES DO **TRIBUNAL** EM RAZÃO DA CONCESSÃO DE APOSENTADORIAS JULGADAS ILEGAIS, LEGAIS COM CORREÇÃO POSTERIOR E OUTRAS DELIBERAÇÕES PROLATADAS PELA CORTE DE CONTAS. RELATÓRIO PRÉVIO DE AUDITORIA Nº 7/2017. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES À SEAGRI/DF. DETERMINAÇÕES À DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL - DPDF E À SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO DO DISTRITO FEDERAL – SEPLAG/DF. DESPACHO SINGULAR Nº 52/2018 - GCMA. REMESSA DO RELATÓRIO ÀS JURISDICIONADAS PARA CONHECIMENTO E MANIFESTAÇÃO ACERCA DAS QUESTÕES, ACHADOS E PROPOSTAS DE MELHORIAS. ANÁLISE DAS MANIFESTAÇÕES APRESENTADAS.

2. UNIDADE TÉCNICA CONSIDERA **PARCIALMENTE CUMPRIDAS** AS DETERMINAÇÕES SUGERIDAS DO RELATÓRIO DE AUDITORIA. NECESSIDADE DE NOVAS **DETERMINAÇÕES**.

3. **AQUIESCÊNCIA DO MPC/DF.**

1. Tratam os autos de auditoria de regularidade constante do Plano Geral de Ação desta c. **Corte de Contas** para o exercício de 2017, aprovado nos termos da r. Decisão Administrativa nº 58/2016, nos autos do Processo nº 35.488/2016-e, realizada pela Divisão de Fiscalização de Pessoal, com o objetivo de averiguar a **regularidade** dos pagamentos a título de vencimentos, proventos, estipêndios pensionais e demais benefícios destinados, respectivamente, ao pessoal ativo, inativo e aos pensionistas da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF, além de verificar o cumprimento de deliberações proferidas pela c. **Corte de Contas**.

2. Os resultados apurados no trabalho de campo foram noticiados no Relatório de Auditoria nº 7/2017¹, versão prévia, a partir das respostas à Nota de Auditoria nº 1², formulada em consonância com as seguintes questões de auditoria:

GP1P-V

¹ e-DOC 5C4867F5

² e-DOC 177717FC



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

“QA 1: A SEAGRI tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos das concessões julgadas ‘ilegais e legais com recomendação posterior’, bem como nos demais casos de correção de remuneração, de proventos e de benefícios legados por ex-servidores?”

QA 2: Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007 (Processo nº 24185/07), encontram-se regulares?

QA 3: Estão corretos os procedimentos adotados pela jurisdicionada para o pagamento em pecúnia de períodos de licenças-prêmio adquiridos e não usufruídos ou computados para fins de concessão de abono de permanência ou aposentadoria?

QA 4: Os pagamentos de parcelas remuneratórias a servidores ativos, inativos e pensionistas estão sendo realizados em conformidade com a legislação vigente e atendem as boas práticas de controle?”

3. Importa consignar que, no tocante aos dois primeiros questionamentos, a Unidade Técnica registrou que a SEAGRI/DF **cumpriu, em grande parte, as determinações do e. Plenário** nos casos de legalidade com recomendação posterior.

4. Ainda, asseverou que **os aspectos financeiros das concessões** apreciadas pelo e. Tribunal, à luz da r. Decisão nº 77/2007, **correspondem, em sua maioria, às disposições legais** que regem a estrutura remuneratória da Jurisdicionada.

5. Por fim, aduziu que a SEAGRI/DF **está adotando a tabela de décimos confeccionada com base na Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP**, a qual apresenta **valores dos DFs nºs 1 a 6 da Lei nº 1.141/1996³ superiores aos dispostos pela Lei nº 4.584/2011⁴**.

6. Prosseguindo, desta feita em relação à QA 3, o achado de auditoria apontou para evidências de **conformidade parcial na concessão dos benefícios e nos pagamentos da pecúnia** de períodos de licenças prêmio adquiridos e não usufruídos ou computados para fins de concessão de abono de permanência ou aposentadoria, em razão da ocorrência de **impropriedades na base de cálculo da conversão**.

7. Finalmente, no tocante à QA 4, o Corpo Técnico elencou os seguintes achados de auditoria:

“Fechamento da folha de pagamento obedecendo as rotinas de checagem dos lançamentos, nos moldes da Portaria SEAP nº 32, de 3/5/2011.

Pagamento de pensão vitalícia com valores indevidos de ATS.

³ Altera a composição da remuneração dos cargos em comissão e dos cargos de natureza especial de que trata a lei n. 159, de 16 de agosto de 1991, no âmbito dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações do Distrito Federal.

⁴ Reestrutura e reajusta as Tabelas de Cargos de Natureza Especial, de Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas do Poder Executivo do Distrito Federal e dá outras providências.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA**

A Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP, na qualidade de unidade administrativa supervisora, não dispõe de pessoal habilitado com termo de Responsabilidade Técnica – RT para avaliar as atividades desenvolvidas por servidora da carreira de Analista de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, especialidade Nutrição, aproveitada para atuar em ambulatório como Nutricionista.

Pagamento de valores divergentes da Parcela Complementar – GAJ, incorporada por servidores então cedidos ao Centro de Assistência Judiciária do DF – CEAJUR, em face de cálculos apurados entre a SEAGRI e a Defensoria Pública do DF.” (Grifos no original).

8. Ademais, importa salientar que o trabalho de auditoria levado a cabo pela percuciente Divisão de Fiscalização de Pessoal elencou **outros achados** decorrentes da fiscalização, do cotejo dos processos de aposentadoria e pensão, do exame de rubricas de folha de pagamento ou em razão de entrevista realizadas com gerentes da área de pessoal, assim denominados: *“Auditoria Anterior”, “Processos de reversão de crédito”, “Servidor afastado para participar de programa de Pós-Graduação Stricto Sensu pede exoneração em 27/09/2016, sem completar período igual ao seu afastamento. No entanto, decorrido mais de um ano ainda não houve a devolução dos valores devidos, conforme prevê o art 161, § 5º, I, da Lei Complementar nº 840/11” e “Acerto de contas, exoneração e/ou aposentadoria, com cálculo incorreto do décimo terceiro ocasionando prejuízo ao erário”*. (Grifos no original).

9. Nesse contexto, após o exame de sua alçada, no aludido Relatório de Auditoria nº 7/2017, a Unidade Técnica sugeriu ao e. **TCDF**:

“I. tomar conhecimento do Relatório de Auditoria, bem assim dos documentos juntados ao processo eletrônico;

II. ter por cumpridas as determinações do e. Plenário:

a) nos casos de legalidade com recomendação posterior constantes do Quadro I, à exceção daquelas que apresentam pendências, cujas medidas se encontram especificadas no item IV; e,

b) explicitadas na Decisão nº 5546/2014, que trata de auditoria anterior, observando que o ressarcimento indicado no item III dessa decisão deverá ser acompanhado pela SEFIPE em roteiro de futura auditoria.

III. ter por regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, salvo em relação aos pagamentos dos interessados listados no item IV a seguir, no qual foram consignadas propostas de regularização;

IV. determinar à SEAGRI que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades de que cuida o Quadro II, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas:

a) em relação à servidora CLAUDIA FERNANDES COELHO, matrícula nº 101144-8, reiterar o cumprimento dos itens ‘III.b’ e ‘III.c’ da Decisão nº 3.373/2014, observando o reflexo no atual pagamento da servidora;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

b) no tocante à servidora EUDETE DE SOUZA UCHOA, matrícula nº 100.810-2, ajustar o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 ao disposto na tabela da Lei nº 1.141/96, publicada pela Lei nº 4.584/2011.

V. determinar também à SEAGRI que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas:

a) retifique o cálculo do montante devido de licença-prêmio em pecúnia aos servidores Antonio Jorge Diogo, mat. 100.571-5, Francisco Gilberto Ferreira, mat. 100.202-3 e Joseuda Arminda Pimenta de Aguiar, mat. 100.526-X, para adequar o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos termos da Decisão TCDF nº 896/2017;

b) em relação às pensionistas Maria Lúcia Gomes de Abreu, matr. 00985376, e Maria Helena de Jesus, matr. 108318X, promova a retificação no Sigrh da parcela de ATS das beneficiárias, pois paga indevidamente de modo integral para cada uma, enquanto o correto seria dividir o valor total entre as pensionistas, sem prejuízo de garantir às interessadas o direito ao contraditório e a ampla defesa; e,

c) avalie o custo benefício da utilização da servidora Cristiane Oliveira Cursi César em ambulatório de Nutrição, no próprio órgão, esclarecendo, entre outros, se o setor de Fiscalização pode prescindir das atividades de tal profissional, para cumprimento de suas atribuições, bem assim da necessidade de formalizar consulta junto ao Conselho Federal de Nutrição/Conselho Regional de Nutrição sobre estabelecimento de Responsabilidade Técnica, bem assim registro do órgão nos citados conselhos, face às atividades desempenhadas pela referida profissional de saúde, descritas no Lauda Técnico das condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, expedido em 2017, constante do Processo nº 070.001.794/ 2011; e,

d) agilize as apurações dispostas nos processos de reversão de crédito (Quadro VIII do Relatório), em face do montante envolvido, dando conhecimento à SEF/DF para adoção de providências pertinentes relativas à inscrição dos valores não quitados em dívida ativa, bem assim à PGDF para ajuizamento das ações cabíveis;

e) ultime providências para definir o valor devido pelo ex - servidor Clécio Henrique Limeira, mat. nº 187.004-1, em face do disposto no art. 161, §5º, I, da LC nº 840/11, para fins de ressarcimento ao erário;

VI. determinar à SEPLAG, órgão gestor do pessoal do GDF (art. 15 do Decreto nº 21.170, de 05/05/00, c/c o art. 17 do Decreto nº 36.236/15), que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) em virtude de falhas ocorridas no bloqueio dos pagamentos de servidores falecidos do GDF, detectados via SISOB, a contar de 2013, esclareça as providências adotadas junto aos órgãos setoriais para apuração de pagamentos indevidos, com vistas ao ressarcimento ao erário;

b) promova adequação da redação do art. 21 da IN nº 01/2014, envolvendo data de aniversário no cálculo do décimo terceiro salário, pois além de não guardar conformidade com os dispositivos da LC nº 840/2011, fere o princípio



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

da anuidade do orçamento e ocasiona distorções no cômputo da verba para fins de acerto de contas, na atividade, sendo certo que eventuais diferenças acabam por ser ajustadas na inatividade (empresa 990 do SIGH), distorcendo os montantes da despesa de pessoal ativo e inativo; e,

c) reveja a orientação lançada no item 1.2 e no Anexo I da Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP, de 29/11/11, que vem sendo indevidamente adotada pelos órgãos setoriais do GDF, uma vez que veicula valores da Representação Mensal dos DF's 01 a 06 distintos e superiores aos fixados no art. 1º e nos Anexos I e II da Lei nº 4.584/2011.

VII. determinar à Defensoria Pública do DF que, no prazo de 30(trinta) dias, esclareça a metodologia de cálculo do valor de R\$ 1.280,96, informado no Ofício nº 44/2017 – GEPAG/DIGEP/SUAG/DPDF, de 23/03/2017, relativo ao pagamento da Parcela Complementar – GAJ (rubrica 10385 – Sigh) incorporada por servidores cedidos ao então Centro de Assistência Judiciária do Distrito Federal – CEAJUR e não integrantes da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, frente ao valor de R\$ 1.187,30 aferido pela SEAGRI, por meio da Carta SEI-GDF nº 4/2017 – SEAGRI/SUAG/DIGEP;

VIII. recomendar à SEAGRI que adote políticas de fortalecimento de seus controles internos, tendo em conta os achados de auditoria evidenciados no Quadro II;

IX. determinar ao titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI que, no prazo de 30 (trinta) dias, defina o Regimento Interno da estrutura administrativa; e,

X. autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à SEAGRI, à Defensoria Pública do DF e à SEPLAG, para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.”

10. Tendo em vista essas sugestões, por meio do r. Despacho Singular nº 52/2018 – GCMA⁵, à luz dos que dispõe o art. 1º, § 1º, da Resolução nº 271/2014-TCDF, cópia da versão prévia do Relatório de Auditoria nº 7/2017 foi encaminhada ao titular da SEAGRI/DF e também aos da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão do DF – SEPLAG/DF e Defensoria Pública do Distrito Federal - DPDF, para conhecimento e manifestação, no prazo de 30 dias, acerca dos achados, critérios e evidências, causas, efeitos, propostas de correção e melhorias dos benefícios esperados, com o alerta para fazer constar argumentos e eventual documentação comprobatória, em caso de discordância.

4. Após esse encaminhamento e, considerando as manifestações das jurisdicionadas remetidas ao c. **Tribunal** por meio dos Ofícios SEI-GDF nº 147/2018 – SEAGRI/GAB e SEI-GDF nº 622/2018 – SEPLAG/GAB e Despacho SEI-GDF DPDF/SUAG/DIGEP, e-DOCs F468AF7F-c, A8858D97-c e 0A46745D-c, respectivamente, a Divisão de Fiscalização de Pessoal do e. **Tribunal** elaborou o Relatório Final de Auditoria⁶.

⁵ e-DOC 6ACA9974

⁶ e-DOC 46BB0F86



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

5. Dessarte, consignou que, em razão do contido nos itens **IV.a**, **IV.b**, **V.a**, **V.b**, **V.c**, **V.d**, **V.e** e **IX** das propostas transcritas acima, foram avaliadas as informações da SEAGRI/DF, prestadas conforme a seguir:

Item IV.a:

*“No que diz respeito a servidora **CLAUDIA FERNANDES COELHO** (mat. 101.144-8), esclarecemos que por meio do item III.a da aludida Decisão nº 3.373/2014, o egrégio TCDF determinou que fosse promovido o saneamento do processo nº 0070-000379/2008, com manifestação da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar quanto a emissão do Laudo Médico nº 67/2013 e reflexo nos afastamentos decorrentes de faltas e licenças médicas nos anos de 2007 a 2010.*

Com efeito, os autos em questão foram submetidos ao reexame da CPAD, que produziu o relatório final constante do Anexo I, de onde se extrai o seguinte trecho:

‘Todas as faltas ao serviço, bem como as licenças médicas, foram examinadas pela CPAD, resultando em que a totalidade das faltas ao serviço foram descontadas do vencimento da servidora Claudia Fernandes Coelho e as licenças médicas foram reconhecidas pela Junta Médica Oficial do Distrito Federal, faltas e licenças ocorridas no período de 2007 a 2010, não tendo causado nenhum prejuízo ao erário Distrital’ (grifamos)

Conforme se observa, em momento algum a comissão processante recomendou o abono das 649 (seiscentas e quarenta e nove) faltas ocorridas no período de 2007 a 2010, tendo ressaltado, inclusive, que estas foram descontadas do vencimento da servidora, não resultando em prejuízo ao erário público.

Entendemos que o laudo de determinada doença, por si só, não supre eventuais faltas injustificadas ao serviço, sendo obrigatória a apresentação de atestado médico tempestivo devidamente homologado, o que inocorreu no presente caso.

Ademais, é importante salientar que laudo e atestado médicos são documentos de naturezas distintas. [...]

Por essas razões, não se deu cumprimento aos itens III.b e III.c, haja vista que o citado laudo médico apenas declara que a enfermidade teve início no ano de 2007, não servindo, s.m.j, como atestado para abonos de faltas laborais pretéritas, que inclusive requerem homologação pela junta médica oficial do GDF.

Aliado a isso, no referido item III.c contém a expressão ‘se for o caso’, ou seja, conduz a ideia de que a elaboração de nova certidão de tempo de serviço e abono provisório estaria condicionada ao pronunciamento da CPAD que, após regularmente provocada, nada orientou quanto a exclusão das faltas.

Portanto, seguindo essa linha de raciocínio, não nos parece adequada a orientação para que a proporcionalidade dos proventos seja alterada para 10/30 avos e ATS 10%, sendo mais prudente aguardar nova decisão plenária sobre o tema.”

Item IV.b:

*“Com relação aos proventos da servidora **EUDETE DE SOUZA UCHOA** (mat. 100.810-2), os auditores orientaram esta Diretoria a ajustar o valor da VPNI (décimos) ao disposto na tabela da Lei nº 1.141/96, publicada pela Lei nº 4.584/2011.*

Isto porque, entenderam que esta Secretaria está adotando tabela de décimos confeccionada com base na CIRCULAR nº 4/2011 - GAB/SEAP, que apresenta valores dos DF's nºs 1 a 6 superiores ao estabelecido pela Lei nº 4.584/2011.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Cabe salientar que a servidora em questão recebe 3/10 do DF-03 (Lei nº 1.004/96) e 2/10 do DF-03 (Lei nº 1.141/96), totalizando a importância de R\$ 307,51, sendo que na visão dos auditores o valor correto é R\$ 294,63.

Frisa-se que a Subsecretaria de Controle Interno, da Controladoria Geral do Distrito Federal, ao analisar o processo de aposentadoria opinou pela legalidade da concessão, não tendo feito qualquer ressalva em relação ao cálculo da VPNI, a qual foi ratificada pela Decisão TCDF nº 5213/2015.

Ante a recomendação direcionada a SEPLAG/DF para que reveja o disposto no item 1.2 e no Anexo I da Circular supramencionada, salientamos que não dispomos de elementos técnicos para justificar a metodologia empregada por aquele órgão na atualização desses valores.

Dessa forma, somos de opinião que se deve aguardar decisão plenária acerca do assunto, até mesmo porque o esclarecimento da matéria requer manifestação daquela Secretaria de Estado.”

Item V.a:

“(…) a SEAGRI esclarece que ‘conforme já explicitado no item anterior, ratificamos que a transformação das parcelas de décimos em VPNI foi pautada na Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP, sendo necessário aguardar o pronunciamento do Órgão Central quanto a metodologia de cálculo empregada na atualização dos índices de correção”.

Item V.b:

*“Após criteriosa análise dos proventos de pensão das senhoras **Maria Lúcia Gomes de Abreu (matrícula 108.318-X)** e **Maria Helena de Jesus (matrícula 98.537-6)** constatamos que, na verdade, o pagamento equivocado do Adicional por Tempo de Serviço – ATS vem ocorrendo desde o ano de 2004 (e não a partir de 2012 como foi apontado), conforme se observa pelo cotejo do Título de Pensão com as fichas financeiras do mesmo ano (Anexo II).*

Verifica-se no referido título que o valor total do anuênio à época correspondia a R\$ 37,11 (trinta e sete reais e onze centavos). No entanto, cada pensionista vinha recebendo R\$ 57,01 (cinquenta e sete reais e um centavo), ou seja, valor bem superior ao apurado naquele documento.

Dessa forma, será realizado estudo mais aprofundado para se descobrir a origem dessa falha e, via de consequência, promover as correções devidas, inclusive no que diz respeito a regularização cadastral das pensionistas no SIGRH.”

Item V.c:

*“No relatório em questão foi alegado que a servidora **CRISTIANE OLIVEIRA CURCI CESAR (mat. 1.406.582-7)**, Analista de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, Especialidade Nutricionista, está lotada na Diretoria de Gestão de Pessoas – DIGEP, área regularmente sem atividades insalubres.*

De início, cabe consignar que o Distrito Federal não elabora laudo do ambiente físico de lotação, de modo que o Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho - LTCAT está diretamente relacionado às atividades efetivamente desempenhadas pelo funcionário, sendo elaborado de forma individualizada (art. 52, § 4º, Decreto nº 34.023/2012). Por esse motivo, em regra, há servidores que laboram no mesmo



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

ambiente e não recebem o referido adicional, pois, conforme ressaltado, o laudo está atrelado as atividades e não ao local físico em si.

Entendemos que o fato de a servidora estar lotada nesta Diretoria (área-meio) não afasta a possibilidade de recebimento do adicional, pois as atividades desenvolvidas por ela são insalubres e estão atestadas em laudo emitido pelo órgão distrital competente.

A par desses esclarecimentos, consignamos que a servidora em questão foi admitida, por meio de concurso público, para especialidade nutricionista, cujas atribuições funcionais estão previstas na Portaria Conjunta nº 05, de 23 de maio de 2008 (DODF nº 98, de 26/05/2008, pág. 11) e no próprio edital do certame: (...)

De fato, a maioria das atividades descritas acima está diretamente ligada ao controle higiênico-sanitário da produção de alimentos, porém, há previsão no texto acima de que a servidora poderá assessorar atividades específicas de nutrição e exercer outras atividades de interesse da área, não nos parecendo adequada a hipótese de desvio de função. Ademais, o artigo 1º da Lei federal nº 8.234/1991, que regulamenta a profissão de nutricionista, qualifica essa especialidade como 'profissional de saúde' em qualquer área de atuação prevista na legislação supracitada.

Frisa-se que a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária é composta pelos cargos de Analista, Técnico e Auxiliar, não se podendo denominá-los como fiscais. Inclusive as atividades de controle higiênico-sanitário estão afetas a área da Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal – DIPOVA, ou seja, não se tratam de atividades de fiscalização e sim de inspeção.

Vale destacar que no edital do concurso previu-se apenas 01 (uma) vaga para esse cargo, tendo ocorrido a nomeação de 02 (duas) profissionais, inexistindo outros servidores da mesma especialidade no Quadro de Pessoal da SEAGRI.

No caso da servidora em comento, faz-se oportuno registrar que desde sua admissão (27/12/2010) esteve lotada na mesma unidade laboral, a qual teve diversas alterações de nomenclatura ao longo dos anos: Núcleo de Apoio e Benefício Social (27/12/2010 a 28/09/2011), Gerência de Saúde, Benefícios Sociais e Meio Ambiente (29/09/2011 a 28/01/2015), Gerência de Capacitação e Qualidade de Vida (29/01/2015 a 28/02/2016); Gerência de Capacitação e Desenvolvimento (01/03/2016 a 06/04/2017) e Diretoria de Gestão de Pessoas (a partir de 07/04/2017). Todas essas unidades sempre foram diretamente subordinadas à Diretoria de Gestão de Pessoas, de forma que, com a edição do Decreto nº 38.116/2017, que extinguiu a Gerência de Capacitação e Desenvolvimento, todos os servidores que lá estavam lotados foram automaticamente migrados para a DIGEP, até mesmo porque apesar da unidade ter sido extinta, as atividades inerentes ao setor continuaram a ser realizadas. Inclusive o Programa de Qualidade de Vida no qual a servidora se insere prestando atendimento e orientação nutricional aos servidores ativos, inativos, aposentados, pensionistas, dependentes e terceirizados. Cumpre esclarecer, ainda, que a Gerência em questão não foi extinta por conta da aposentaria dos médicos da Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, conforme relatado pelos auditores, e sim para criação de cargos no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde, ou seja, por decisão governamental para atender demanda de outro órgão.

Recentemente, por meio do Decreto nº 35.858/2018, foi criada na estrutura administrativa desta Pasta a Gerência de Desenvolvimento de Pessoas, que terá, dentre outras atribuições, a incumbência de promover ações de qualidade de vida no trabalho. Registre-se que o Governo do Distrito Federal, por meio do Decreto nº 37.648/2016,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

instituiu a Política de Valorização de Servidores, dentre elas a promoção da melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho; tendo sido determinado aos órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal que se estruturassem para a execução de programas e ações que viabilizem a implementação da referida política. Eventual movimentação da servidora implicará na imediata descontinuidade da única atividade que vem sendo realizada pelo órgão com esse foco. Quanto a recomendação no sentido de se consultar a Diretoria de Inspeção de Produtos de Origem Animal e Vegetal – DIPOVA, visando avaliar se a profissional é indispensável às atividades daquela área, consideramos importante salientar que no ano de 2016 foi solicitado àquela Diretoria que fizesse levantamento criterioso com vistas a deflagração de concurso público para a Carreira de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, no entanto, mesmo só tendo duas servidoras existentes no quadro, não houve demanda para novas contratações, conforme se vê pela leitura do anexo Memorando nº 28/2016 – DIPOVA/DAS (Anexo III).

Considerando que a servidora atua há mais de 07 (sete) anos no âmbito da Diretoria de Gestão de Pessoas, presume-se que não há qualquer prejuízo para a área de inspeção. No que tange a recomendação para se formular consulta ao Conselho Federal de Nutrição sobre a necessidade de estabelecimento de Responsabilidade Técnica em face da natureza das atividades desenvolvidas pela servidora, salientamos que a Resolução CFN nº 419/2008 foi revogada pela Resolução CFN nº 576/2016.

Porém, será enviado ofício para aquele colegiado solicitando orientações com relação aos procedimentos a serem adotados para regularização da atividade, principalmente se a administração optar por manter a servidora lotada na recém-criada Gerência de Desenvolvimento de Pessoas.

Destaca-se, por fim, que o art. 62, § 2º, do Decreto distrital nº 31.453/2010 estabelece que os programas de qualidade de vida no ambiente de trabalho se inserem nas ações de Desenvolvimento de Pessoas, ou seja, se coaduna com as atividades da nova Gerência.”

Item V.d:

“A reversão de crédito no âmbito do Distrito Federal é um tema complexo e que padece de regulamentação, de modo que a morosidade administrativa na solução do problema se deve, em parte, pela existência de diversas dúvidas sobre procedimentos na condução dos processos.

Os auditores identificaram 17 (dezessete) casos pendentes de solução, sendo que durante os trabalhos de auditoria foram adotadas algumas medidas visando solucionar o problema, dentre elas a convocação de todos os devedores por meio do Diário Oficial do Distrito Federal e jornal de grande circulação, o que não surtiu os efeitos esperados até o momento.

Após análise do assunto, esta Diretoria entendeu ser prudente autuar os processos administrativos SEI nºs 00070-00011049/2018-74 e 00070-00011056/2018-76, por meio dos quais as instituições bancárias onde os aposentados/pensionistas mantinham contas-corrente estão sendo consultadas para informar se, após os óbitos, ocorreram os saques das importâncias depositadas indevidamente.

Tal procedimento tem natureza cautelar, pois caso esses valores estejam retidos nas contas bancárias, se corre o risco de ofender a honra de terceiros com a indevida inscrição na dívida ativa, fato que poderia acarretar a propositura de ação de danos morais contra o Distrito Federal.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

Dessa forma, tão logo as referidas instituições se manifestem serão adotadas as medidas aplicáveis ao caso, inclusive quanto aos procedimentos inerentes a inscrição dos devedores no serviço de dívida ativa. Considera-se importante que o Distrito Federal elabore normativos sobre o tema para respaldar a ação dos setoriais de gestão de pessoas.”

Item V.e:

“A matéria foi analisada pela Assessoria Jurídico-Legislativa desta Pasta, concluindo-se, por meio do recente Parecer Técnico SEI-GDF n.º 75/2018 - SEAGRI/GAB/AJL, exarado em 25/01/2018, que não é possível o abatimento compensatório de débito com o erário com dívida não reconhecida pela Administração.

Vale salientar que o tema é bastante polêmico, considerando que a Associação dos Servidores desta Secretaria logrou êxito no processo judicial N° 0702363-97.2017.8.07.0018, por meio do qual foi determinada a implantação do reajuste pleiteado. Porém, o processo encontra-se suspenso em face do RE 905357 - RR (STF), que possui repercussão geral.

Nesse sentido, a Gerência de Registros Financeiros já está adotando as medidas cabíveis para informar ao interessado sobre o indeferimento do pedido e, via de consequência, reiterar a necessidade de pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa.”

Item IX:

“a Diretoria de Gestão de Pessoas esclareceu que ‘está sendo tratado no bojo do processo administrativo n° 0070-001028/2016, o qual se encontra no Gabinete desta Pasta para a adoção das medidas de sua competência’.”

6. Tendo em vista essas manifestações, de um lado, no tocante à situação de **Claudia Fernandes Coelho** (item IV.a), a Unidade Técnica entendeu que a Jurisdicionada deve adequar os proventos da servidora aos esclarecimentos prestados, para então, ter justificado o não atendimento ao disposto nos itens III.b e III.c da r. Decisão n° 3.373/2014⁷ proferida no Processo n° 9.335/2012, autuado para o exame da aposentadoria da servidora.

7. De outro lado, no que toca aos esclarecimentos apresentados em relação à inconsistência do valor da VPNI constante dos proventos pagos à servidora Eudete de Souza Uchoa (item IV.b), salientando que a SEPLAG/DF, órgão gestor da política de pessoal do

⁷ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:

(...)

III - recomendar à Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural que adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada, o que será objeto de verificação em futura auditoria:

(...);

b) elabore nova certidão de tempo de contribuição, em substituição à de fl. 36 – apenso aposentadoria, levando em consideração as conclusões da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, conforme item precedente, atentando para o cálculo do adicional por tempo de serviço;

c) elabore novo abono provisório, em substituição ao de fl. 37 – apenso aposentadoria, se for o caso, observando as devidas alterações no sistema SIGRH;”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

governo local, reconheceu a **incorreção** dos valores informados na Circular nº 4/2011-SEAP/DF para os DFs 1 a 6, pugnou para que o e. **Tribunal** deliberasse no sentido de que a SEAGRI/DF **adote as providências corretivas cabíveis**, sem olvidar, por óbvio, dos princípios do contraditório e da ampla defesa.

8. Prosseguindo, considerou **insuficiente** a manifestação da Jurisdicionada no tocante ao item V.a do Relatório de Auditoria, ressaltando que a determinação em tela se refere à observância da r. Decisão nº 896/2017⁸, no sentido de que a VPNI originária de quintos/décimos considere os valores estabelecidos na Lei nº 4.584/2011 e não aqueles vigentes anteriormente à referida norma. Deste modo, pugnou pela **manutenção** do item pelo c. **Tribunal**.

9. Igualmente, sugeriu **deliberação plenária** no que toca à determinação contida no item V.b do relatório, argumentando para tanto que, apesar do **reconhecimento** da SEAGRI/DF acerca do **erro** no pagamento de ATS das pensionistas, conforme apontado pela auditoria, **não foram adotadas as providências de regularização da impropriedade no SIGRH**.

10. Prosseguindo, frente aos argumentos apresentados pela SEAGRI/DF em relação à determinação contida no item V.c, a Unidade Técnica ponderou o seguinte:

“21. Em primeiro lugar deve ser refutada a alegação da jurisdicionada no sentido de que ‘o Distrito Federal não elabora laudo do ambiente físico de lotação’. O próprio Decreto 34.023/2012 dispõe de forma contrária, (...)

22. Por essa razão era de todo procedente a indagação acerca da concessão do adicional de insalubridade à servidora, enquanto lotada na DIGEP, considerando que outros servidores de mesma lotação não recebiam o adicional. De todo modo, segundo apurado na auditoria, há LTCAT amparando o pagamento da parcela à servidora.

23. Argumenta por outro lado a jurisdicionada que a atuação ambulatorial atualmente desenvolvida pela servidora não configuraria desvio de função,

⁸ “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – ter por cumprida a Decisão n.º 4.548/2016; II – considerar procedente a Representação n.º 4/16-SEFIPE, estipulando os seguintes critérios a serem observados pela Administração Pública distrital, em razão dos efeitos jurídicos decorrentes do Acórdão TJDF n.º 659.169, objeto da ADI n.º 2012.00.2.023636-5, de modo a estabelecer que: a) para a apuração da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI de que trata o art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, devem ser considerados, no que couber e em primeiro e único momento, os valores constantes dos anexos da referida lei; b) a correção da VPNI dos servidores públicos, em momento posterior a Lei distrital n.º 4.584/2011, deve observar os índices de revisão geral de remuneração instituídos em legislação específica de iniciativa do Chefe do Poder Executivo distrital ou dos órgãos detentores desta prerrogativa de iniciativa do processo legislativo; III – determinar aos órgãos e entidades que integram o Complexo Administrativo do Distrito Federal que procedam, em todos os casos em que houve eventual reajuste nas parcelas de quintos/décimos então transformadas em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, com fulcro no parágrafo único do art. 5º da Lei distrital n.º 4.584/2011, a imediata retroação dos valores (VPNI) aos níveis da época da própria lei distrital retro status quo ante, salvo edição de lei específica estabelecendo índices de revisão geral de remuneração dos seus servidores públicos, após a publicação da mencionada lei, o que será verificado em futura auditoria deste Tribunal;”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

relativamente ao cargo para o qual foi aprovada em concurso: Analista de Desenvolvimento e Fiscalização Agropecuária, especialidade Nutricionista. Isto, porque a descrição do cargo/especialidade tanto no edital do concurso, quanto na Portaria Conjunta 05, de 23.5.2008, previam assessoramento de atividades específicas de nutrição e exercício de outras atividades de interesse da área.

24. Ocorre que a atividade atualmente desenvolvida pela servidora não é de assessoramento. Além disso, conforme 'Descrição Detalhada' trazida pela jurisdicionada, **a execução de 'outras atividades' deveria ser 'de mesma natureza e nível de complexidade e responsabilidade' das demais inerentes ao cargo** (v.g.: 'controlar validade e qualidade de produtos e matérias-primas; identificar os alimentos quanto a sua estrutura e composição; realizar o controle sanitário dos alimentos; determinar alterações e identificar micro-organismos nos alimentos; realizar inspeções sanitárias; determinar esterilidade nos produtos alimentares enlatados e embutidos; supervisionar gêneros alimentícios quanto a técnicas de armazenamento, pré-preparo e preparo e da qualidade dos produtos; desenvolver métodos de trabalho; pesquisar mercado de produtos alimentícios; subsidiar desenvolvimentos de produtos alimentícios; realizar, coordenar e apoiar aulas práticas e teóricas referentes ao processamento de produtos de origem animal e vegetal; preparar material educativo para as agroindústrias; emitir parecer sobre assuntos de sua competência; elaborar e apresentar relatórios periódicos; observar as normas de higiene e segurança do trabalho'), o que não parece ser o caso de atuação em atividades de nutricionista, seja do Núcleo de Apoio e Benefício Social seja da Diretoria de Gestão de Pessoas (orientação nutricional a servidores, pensionistas, dependentes e terceirizados), **como identificado na auditoria e assentido pela jurisdicionada.**

25. Portanto, não resta afastada, em nosso entendimento, a possibilidade de desvio de função, tendo em conta que a servidora deveria estar atuando em atividades de fiscalização ou inspeção agropecuária.

26. O fato de não ter sido solicitado concurso para a área e de a servidora estar há mais de 7 (sete) anos na Diretoria de Gestão de Pessoas não modifica a situação.

27. Em primeiro lugar, não se pode negar que ao participar do certame a servidora tinha conhecimento das atividades a serem desempenhadas, e o exercício de atividades estranhas àquelas inerentes ao cargo configura desvio de função. O fato de a DIPOVA não ter solicitado a realização de novo concurso não significa que são dispensados do exercício da função os servidores já concursados. Além disso, essa situação de desvio não se sujeita a convalidação, isto é, o fato de permanecer a servidora por mais de 7 anos em setor diverso daquele que devia atuar não torna regular o que desde a origem é irregular.

28. Quanto à aplicação da Resolução CFN nº 419/2008, substituída pela de nº 576/2016, informa a SEAGRI que oficiará o Conselho de Nutrição quanto aos procedimentos a serem adotados para regularização da atividade. Todavia, tal providência deverá ser mitigada se houver regularização pela jurisdicionada da lotação da servidora Cristiane Oliveira Curci Cesar (matrícula nº 1.406.582-7)."

11. Outrossim, no que toca ao item V.d do Relatório de Auditoria, consignou que, apesar de a Jurisdicionada ter dado início à adoção de providências visando à regularização da pendência relacionada ao pagamento de valores a servidores ou pensionistas, após o óbito,



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

nenhum resultado prático restou evidenciado quanto à reversão de crédito, razão pela qual entendeu necessário que o c. **Tribunal** delibere sobre a questão.

12. Da mesma forma, entendendo que as providências adotadas pela SEAGRI/DF em relação aos itens V.e e IX não foram suficientes para atender ao que fora sugerido nas determinações em comento, novamente pugnou para que o e. **Tribunal** deliberasse sobre os referidos temas.

13. Finalmente, no tocante às determinações dirigidas a essa Jurisdicionada, a Unidade Técnica pontuou que **não houve pronunciamento** da SEAGRI/DF em relação ao **item VIII** do Relatório de Auditoria nº 7/2017 (versão preliminar), razão pela qual, sugeriu, no Relatório Final, a reiteração da determinação.

14. Prosseguindo, a Unidade Técnica discorreu sobre a manifestação da DPDF em razão do item **VII** da versão prévia do Relatório de Auditoria, atinente ao pagamento da Parcela Complementar – GAJ (rubrica 10385 – Sigrh) incorporada por servidores cedidos ao então CEAJUR e não integrantes da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental, frente ao valor de R\$ 1.187,30 aferido pela SEAGRI/DF, por meio da Carta SEI-GDF nº 4/2017 – SEAGRI/SUAG/DIGEP.

15. A propósito, haja vista a judicialização da questão pelo servidor Aguinaldo Sousa Brasileiro, nos autos do Processo nº 0709319-04.2018.8.07.0016, entendeu pertinente o acompanhamento da matéria até o trânsito em julgado da ação.

16. Outrossim, em relação ao Ofício SEI-GDF nº 622/2018, oriundo da SEPLAG/DF, também instada a se manifestar nos autos em razão das determinações contidas no item VI, letras **a**, **b** e **c** do Relatório de Auditoria nº 7/2017 (versão preliminar), assim se posicionou o Corpo Técnico:

“40. A SEPLAG não se pronunciou expressamente sobre as providências adotadas junto aos órgãos setoriais de pessoal visando a apuração e ressarcimento de pagamentos indevidos, decorrentes de falhas ocorridas no bloqueio dos pagamentos de servidores ou pensionistas falecidos do GDF. Todavia, noticiou a realização de treinamento para os setoriais e implementou rotina mensal de verificação e análise a partir do Módulo SISOBÍ que disse ter introduzido no SIGRH.

41. A adequação dessas medidas pode ser verificada em futuras fiscalizações levadas a efeito por esta Corte, sendo certo que no caso dos autos, foi efetuada sugestão específica à SEAGRI (item V, alínea ‘d’, antes reproduzido). Desse modo, pode-se ter por satisfatória a resposta apresentada.

42. Quanto ao Achado de Auditoria 3.4, que se reporta ao período de incidência do décimo terceiro salário (...)

(...)

59. Nessas condições, não há como acolher as ponderações apresentadas pela SEPLAG no que se refere ao presente achado de auditoria, de modo que deve a Corte determinar à jurisdicionada que proceda às adequações na Instrução Normativa-



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

SEPLAG nº 01, de 14.5.2014, de modo a que fique claro aos órgãos e entidades jurisdicionados que o décimo terceiro salário, pago por ocasião do evento natalício do servidor, está adstrito ao exercício financeiro/orçamentário, de modo que eventual afastamento (exoneração, demissão, destituição, licença sem remuneração, etc) antes de se completar o período aquisitivo (dezembro de cada ano) ensejará o correspondente acerto financeiro em relação ao valor objeto de adiantamento, assim como no exercício de ingresso deve ocorrer em dezembro o pagamento proporcional aos meses de exercício.

60. Quanto ao item VI.c das sugestões do Relatório de Auditoria 7/2017 (...)
(...)

62. Remanescem no âmbito da jurisdicionada discussões sobre a necessidade ou não de ressarcimento dos valores percebidos a maior pelos servidores que, no cálculo de suas remunerações, sofreram incidência da Circular 4/2011-SEAP. Quanto ao mérito, houve concordância da jurisdicionada em relação ao achado, de modo que deve a Corte deliberar sobre a sugestão apresentada no Relatório Preliminar de Auditoria sobre o tema.” (Grifos acrescidos e no original).

17. Posto isso, o Órgão Instrutivo encaminhou o Relatório Final de Auditoria nº 7/2017 (e-DOC 46BB0F86-e), sugerindo ao c. **Plenário** que:

“I) tome conhecimento das informações constantes do Ofício SEI-GDF 147/2018 – SEAGRI/GAB (eDoc F468AF7F-c); do Ofício SEI-GDF 622/2018 – SEPLAG/GAB (eDoc A8858D97-c e F08FDC7B-e); do eDoc 0A46745D-c, apresentados, respectivamente, pela Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão; e pela Defensoria Pública do DF, em atendimento ao Despacho Singular 52/2018-GCMA;

II) delibere acerca das sugestões do Relatório Preliminar de Auditoria 7/2017, assim redigidas:

I. tomar conhecimento da auditoria levada a efeito na Secretaria de Estado de Agricultura do DF, bem assim dos documentos juntados ao processo eletrônico;

II. ter por cumpridas as determinações do e. Plenário: a) nos casos de legalidade com recomendação posterior constantes do Quadro I, à exceção daquelas que apresentam pendências, cujas medidas saneadoras se encontram especificadas no item IV; e, b) explicitadas na Decisão nº 5546/2014, que trata de auditoria anterior, observando que o ressarcimento indicado no item III dessa decisão deverá ser acompanhado pela SEFIPE em roteiro de futura auditoria.

III. ter por regulares os aspectos financeiros das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, salvo em relação aos pagamentos dos interessados listados no item IV a seguir, no qual foram consignadas propostas de regularização;

IV. determinar à SEAGRI que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, no que se refere às impropriedades de que cuida o Quadro II, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas: a) em relação à servidora CLAUDIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

FERNANDES COELHO, matrícula nº 101144-8, adequar seus proventos aos esclarecimentos prestados no Despacho SEI-GDF 5594233-SEAGRI/SUAG/DIGEP, de forma a justificar o não cumprimento ao disposto nos itens III.b e III.c da Decisão 3373/2014; b) no tocante à servidora EUDETE DE SOUZA UCHOA, matrícula nº 100.810-2, ajustar o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 ao disposto na tabela da Lei nº 1.141/96, publicada pela Lei nº 4.584/2011.

V. determinar também à SEAGRI que, no prazo de 30 (trinta) dias, observando quando cabíveis os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, adote as seguintes providências necessárias ao exato cumprimento da lei, enviando ao Tribunal a documentação que certifica os ajustes nas situações apontadas, bem assim inserindo no processo próprio, relativo à concessão, a mesma documentação comprobatória das correções realizadas: a) retifique o cálculo do montante devido de licença-prêmio em pecúnia aos servidores Antonio Jorge Diogo, mat. 100.571-5, Francisco Gilberto Ferreira, mat. 100.202-3 e Joseuda Arminda Pimenta de Aguiar, mat. 100.526-X, para adequar o valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos termos da Decisão TCDF nº 896/2017; b) em relação às pensionistas Maria Lúcia Gomes de Abreu, matr. 00985376, e Maria Helena de Jesus, matr. 108318X, promova a retificação no Sigrh da parcela de ATS das beneficiárias, pois paga indevidamente de modo integral para cada uma, enquanto o correto seria dividir o valor total entre as pensionistas, sem prejuízo de garantir às interessadas o direito ao contraditório e a ampla defesa; c) corrija o desvio de função, em que incorre a servidora Cristiane Oliveira Cursi César, matrícula nº 1.406.582-7, para que passe a atuar em atividades de fiscalização ou inspeção agropecuária, conforme prevê o edital do concurso público em que foi aprovada; d) agilize as apurações dispostas nos processos de reversão de crédito (Quadro VIII do Relatório), em face do montante envolvido, dando conhecimento à SEF/DF para adoção de providências pertinentes relativas à inscrição dos valores não quitados em dívida ativa, bem assim à PGDF para ajuizamento das ações cabíveis; e) ultime providências para definir o valor devido pelo ex-servidor Clécio Henrique Limeira, mat. nº 187.004-1, em face do disposto no art. 161, §5º, I, da LC nº 840/11, para fins de ressarcimento ao erário; VI. determinar à SEPLAG, órgão gestor do pessoal do GDF (art. 15 do Decreto nº 21.170, de 05/05/00, c/c o art. 17 do Decreto nº 36.236/15), que, no prazo de 30(trinta) dias: a) proceda às adequações na Instrução Normativa-SEPLAG nº 01, de 14.5.2014, de forma a esclarecer aos órgãos e entidades jurisdicionados que o décimo terceiro salário, pago por ocasião do evento natalício do servidor, está adstrito ao exercício financeiro/orçamentário (art. 34 da Lei 4.320/1964), de modo que eventual afastamento (exoneração, demissão, destituição, licença sem remuneração, etc) antes de se completar o período aquisitivo (dezembro de cada ano) ensejará o correspondente acerto financeiro em relação ao valor objeto de adiantamento, bem como no exercício de ingresso deve ocorrer em dezembro o pagamento proporcional aos meses de exercício; e, b) reveja, se ainda não o fez, a orientação lançada no item 1.2 e no Anexo I da Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP, de 29/11/11, que vem sendo indevidamente adotada pelos órgãos setoriais do GDF, uma vez que veicula valores da Representação Mensal dos DF 01 a 06 distintos e superiores aos fixados no art. 1º e nos Anexos I e II da Lei nº 4.584/2011.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

VII. determinar à Defensoria Pública do DF que dê ciência ao Tribunal das medidas adotadas após o trânsito em julgado da ação 0709319-04.2018.8.07.0016, de interesse de Aguinaldo Sousa Brasileiro;

VIII. recomendar à SEAGRI que adote políticas de fortalecimento de seus controles internos, tendo em conta os achados de auditoria evidenciados no Quadro II;

IX. determinar ao titular da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento e Desenvolvimento Rural – SEAGRI que, no prazo de 30 (trinta) dias, defina o Regimento Interno da estrutura administrativa;'

III) autorize:

a) a remessa, à SEAGRI e à SEPLAG, de cópia dos Relatórios Preliminar e Final de Auditoria, bem assim da Decisão que vier a ser adotada;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal, para as providências subsequentes."

18. Em cumprimento ao r. Despacho Singular nº 137/2018-GCMA⁹, os autos foram encaminhados a este **Órgão Ministerial de Contas** para a devida manifestação.

19. Após este relato, passo à análise do presente feito, informando, preliminarmente, que atuo nos presentes autos em **substituição**, consoante o disposto na Lei nº 13.024/2014, na Resolução nº 304/2017, no Ato Normativo nº 1/2015-MPC e na r. Decisão Administrativa nº 46/2017-TCDF.

20. Com efeito, haja vista o prazo concedido para manifestação acerca do conteúdo do Relatório de Auditoria nº 7/2017, versão prévia, a teor do r. Despacho Singular nº 52/2018 – GCMA, verifica-se que as jurisdicionadas não apenas tomaram conhecimento do Relatório, como também adotaram algumas das providências salientadas pelo Corpo Técnico.

21. Nesse espeque, tendo em vista as sugestões contidas no item IV, letras **a** e **b** do Relatório de Auditoria nº 7/2017, na forma transcrita no item II do Relatório Final de Auditoria, acima reproduzido, atinentes à regularização das impropriedades de que trata o Quadro II, em harmonia com a Unidade Técnica, entendo que se faz necessário **determinar** à SEAGRI/DF que adote as providências indicadas em relação às servidoras Claudia Fernandes Coelho e Eudete de Souza Uchoa, tendo em vista, inclusive, a manifestação apresentada nos autos por esta Jurisdicionada.

22. Ainda em harmonia com o Corpo Instrutivo, considerando a insuficiência dos esclarecimentos prestados pela SEAGRI/DF para o atendimento das determinações contidas no item V, letras **a**, **b**, **c**, **d** e **e** do Relatório de Auditoria nº 7/2017, nos moldes sugeridos no item II do Relatório Final de Auditoria, acima transcrito, entendo que e. **Corte** deva assinar prazo para que a Secretaria adote as medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, observando-se, quando for o caso, o contraditório e a ampla defesa, determinando-se, ainda, o posterior envio da documentação comprobatória.

⁹ e-DOC 975AD2AB-e.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

23. A esse respeito, impõe-se a regularização do cálculo do montante devido de licença-prêmio em pecúnia aos servidores Antônio Jorge Diogo, Francisco Gilberto Ferreira e Joseuda Arminda Pimenta de Aguiar, matrículas nºs 100.571-5, 100.202-3 e 100.526-X, respectivamente, para adequação do valor da VPNI da Lei nº 4.584/2011 aos termos da r. Decisão nº 896/2017, transcrita alhures neste Parecer.

24. Ainda, pelas razões expostas na versão final do Relatório de Auditoria, se faz necessária a correção no SIGRH da parcela de ATS das pensionistas Maria Lúcia Gomes de Abreu, matrícula nº 00985376 e Maria Helena de Jesus, matrícula nº 108318-X, pagas, **indevidamente**, de modo **integral** para cada uma, quando o correto seria **dividir** o valor total entre as duas.

25. Igualmente, deve a Jurisdicionada corrigir o desvio de função em que incorre a servidora Cristiane Oliveira Cursi César, matrícula nº 1.406.582-7, para que atue em atividades de fiscalização ou inspeção agropecuária, conforme prevê o edital do concurso público em que foi aprovada.

26. Ademais, em face da ausência de resultados práticos quanto à reversão de crédito, em decorrência dos pagamentos de valores a servidores ou pensionistas, **após o óbito**, e também em relação à definição do valor devido pelo ex-servidor Clécio Henrique Limeira, matrícula nº 187.004-1, em face do disposto no art. 161, § 5º, I, da LC nº 840/2011¹⁰, tenho que o e. **Tribunal** deva determinar que a SEAGRI/DF agilize as apurações dispostas nos processos relacionados no Quadro VIII do Relatório de Auditoria, bem como adote as providências visando ao ressarcimento ao Erário, dando conhecimento dos resultados alcançados.

27. Por derradeiro, coaduno com as sugestões lançadas no Relatório Final de Auditoria, desta feita, aquelas destinadas à SEPLAG/DF, na condição de órgão gestor de recursos humanos do governo local, para que proceda às adequações na Instrução Normativa nº 1/2014, esclarecendo aos órgãos e entidades que o 13º salário pago por ocasião do evento natalício do servidor, está adstrito ao exercício financeiro/orçamentário, bem como proceda ao ajuste necessário, se ainda não o fez, da orientação constante do item 1.2 e no Anexo I da Circular nº 4/2011 – GAB/SEAP, a qual veicula valores das representações mensais dos DFs 1 a 6 em valores superiores ao fixados na Lei nº 4.584/2011.

¹⁰ “Art. 161. O servidor estável pode, no interesse da administração pública, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração ou subsídio, para participar de programa de pós-graduação stricto sensu em instituição de ensino superior, no País ou no exterior;

(...)

§ 5º O servidor beneficiado pelo disposto neste artigo tem de ressarcir a despesa havida com seu afastamento, incluídos a remuneração ou o subsídio e os encargos sociais, da forma seguinte:

I – proporcional, em caso de exoneração, demissão, aposentadoria voluntária, licença para tratar de interesse particular ou vacância em razão de posse em outro cargo inacumulável, antes de decorrido período igual ao do afastamento;”



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PRIMEIRA PROCURADORIA

28. Igualmente, este **Parquet** de Contas **converge** com o encaminhamento proposto à DPDF para que este Órgão dê ciência ao e. **Tribunal** das medidas adotadas após o trânsito em julgado da ação nº 0709319-04.2018.8.07.0016, intentada pelo servidor Aguinaldo Sousa Brasileiro, em curso no 3º Juizado Especial da Fazenda Pública do Distrito Federal, tendo em vista a divergência de valor do pagamento da Parcela Complementar – GAL incorporada por servidores cedidos ao então CEAJUR e não integrantes da carreira de Políticas Públicas e Gestão Governamental.

29. Outrossim, percebo premente a necessidade de aprimoramento dos controles internos adotados pelos órgãos e entidades da Administração direta e indireta do Distrito Federal visando à verificação e regularidade dos pagamentos dos servidores ativos, inativos e pensionistas, razão pela qual também entendo que é medida que deve ser recomendada à SEAGRI/DF.

30. Da mesma forma, visando ao aprimoramento do desempenho de suas competências, entendo pela reiteração ao titular da SEAGRI/DF da determinação contida no item IX do Relatório de Auditoria nº 7/2017 (versão prévia), no que toca à necessidade de definição do Regimento Interno do Órgão em face da nova estrutura disposta pelo Decreto nº 37.054/2016 e alterações posteriores.

31. Ante o exposto, este **Ministério Público de Contas**, com as considerações acima, tem entendimento **convergente** com as conclusões apresentadas pela zelosa Unidade Técnica.

É o Parecer.

Brasília, 26 de junho de 2018.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador Substituto